



DESAFIOS DOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

■ AUTORIDADES

BRASIL (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU)
Aroldo Cedraz (Ministro Relator)

CHILE (CONTROLADORIA GERAL DA REPÚBLICA)
Jorge Bermúdez Soto (Controlador-Geral)

COLÔMBIA (CONTROLADORIA GERAL DA REPÚBLICA)
Carlos Felipe Córdoba Larrarte (Controlador-Geral)
Ricardo Rodríguez Yee (Controlador Delegado para o Setor de Minas e Energia)

COSTA RICA (CONTROLADORIA GERAL DA REPÚBLICA)
Marta Acosta Zúñiga (Controladora-Geral)

CUBA (CONTROLADORIA GERAL DA REPÚBLICA)
Gladys Maria Bejarano Portela (Controladora-Geral)

EL SALVADOR (CORTE DE CONTAS DA REPÚBLICA)
Carmen Elena Rivas Landaverde (Magistrada Presidente)

EQUADOR (CONTROLADORIA GERAL DE ESTADO DA REPÚBLICA)
Pablo Celi de la Torre (Controlador-Geral)

GUATEMALA (CONTRALADORIA GERAL DE CONTAS DA REPÚBLICA)
Edwin Humberto Salazar Jerez (Controlador-Geral)

HONDURAS (TRIBUNAL SUPERIOR DE CONTAS)
Roy Pineda Castro (Magistrado Presidente)

MÉXICO (AUDITORIA SUPERIOR DA FEDERAÇÃO)
Agustín Caso Raphael (Ministro responsável por supervisão)

PARAGUAI (CONTROLADORIA GERAL DA REPÚBLICA)
Camilo D. Benítez Aldana (Controlador-Geral)

VENEZUELA (CONTROLADORIA GERAL DA REPÚBLICA)
Elvis Amoroso (Controlador-Geral)

Energias RENOVÁVEIS

DESAFIOS DOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

As informações deste infográfico refletem dados de 2013 até setembro de 2018. Os percentuais da evolução de fontes renováveis na matriz elétrica referem-se ao total da capacidade instalada para a geração de eletricidade de cada país. Quanto às informações relativas aos desafios, nos casos de Brasil, Cuba, Equador, El Salvador, México e Paraguai, trata-se de metas estabelecidas nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) para a redução das emissões de gases de efeito estufa no âmbito do Acordo de Paris. Nos demais países, integram diretrizes constantes de documentos governamentais de planejamento da expansão energética.

Destaca-se que as **energias renováveis** abrangem as fontes convencionais e não convencionais. As convencionais são aquelas que já alcançaram um nível elevado de amadurecimento tecnológico, como é o caso das usinas hidrelétricas. As não convencionais são aquelas que tiveram seu desenvolvimento tecnológico recente, especialmente as fontes biomassa, eólica e solar fotovoltaica, que vêm apresentado custos cada vez menores.

O relatório de auditoria contém os achados, as oportunidades e as boas práticas relacionados a políticas públicas para expansão de energias renováveis.

Maiores informações estão disponíveis em:
www.tcu.gov.br/energiasrenovaveis

Apoio



Coordenação



Realização



Por meio da:



Auditoria Coordenada Energias RENOVÁVEIS

